

# Estudantes quilombolas em escolas urbanas de Chapada dos Guimarães/MT: identidades e desafios

*Eliane das Grassas Rocha Gonçalves*

da Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá - Brasil  
profeliane@hotmail.com

*Darci Secchi*

da Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá - Brasil  
darci.secchi@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo insere no contexto de uma dissertação de mestrado e objetiva compreender o processo de ensino-aprendizagem de estudantes pertencentes às Comunidades Quilombolas Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima, em Chapada dos Guimarães/MT. Analisa-se a influência das condições de acesso à escola urbana, bem como a contribuição do ensino de geografia no processo. Adota-se uma abordagem qualitativa das informações e ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo na coleta e análise de dados. O estudo indica que, apesar dos inúmeros obstáculos vividos pelas comunidades e estudantes, eles resistem e prosseguem na busca de um futuro melhor.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Escola Regular. Geografia. Aprendizagem.

---

## Introdução

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

Acreditar no poder de transformação da educação é acreditar em um mundo melhor, é acreditar que o ser humano é capaz de transformar e provocar no mundo as mudanças que tanto precisa. Mas não basta apenas acreditar na mudança, é necessário oportunizar a todos o acesso a essa educação transformadora. No compasso desse pensamento sobre o poder da instituição escolar, diversos autores contemporâneos destacaram a contribuição e o significado que cada instituição desempenha em uma sociedade. Embora parte da sociedade brasileira não reconheça o importante papel desempenhado pela instituição escolar no desenvolvimento da nação, é impossível negar a sua essencial contribuição nesse processo.

Apesar da estreita relação entre a escola e os indivíduos, a instituição não está de portas abertas para todos, pois muitos indivíduos pertencentes a classes sociais consideradas subalternas ainda estão privados de frequentá-la ou, quando o acesso acontece, inúmeras situações conspiram para que esse indivíduo abandone-a sem que seu papel social e cultural seja cumprido.

Muitas vezes, para terem acesso à educação escolar, os estudantes precisam vencer batalhas diárias e muitos acabam desistindo, pois são derrotados por seus inimigos que são detentores de armas poderosas, como por exemplo, o poder político, cujos representantes são pouco atuantes em defesa das minorias. Com frequência, esses indivíduos são vítimas de atos de discriminação social e racial, o que pode desmotivá-los a continuar nessa jornada que poderia ser libertadora.

Os contextos políticos e econômicos atuais de nosso país são desoladores e muito preocupantes, as instituições de ensino em todos os níveis vêm sofrendo com cortes nas verbas, principalmente as instituições de nível superior, em relação às quais são nítidas ações de ataque à sua idoneidade e função social. Não se destaca nenhuma política pública que aponte para a valorização dos profissionais da educação nem da educação como um todo, é um indicativo que todas as classes societárias serão prejudicadas e sofrerão as brutais consequências dessa falta de respeito com os cidadãos brasileiros que pagam impostos absurdos e não contam com serviços públicos de qualidade.

Os representantes políticos do povo brasileiro a todo o momento fazem referência ao desenvolvimento do país, mas ignoram seu real significado. Pensar em desenvolvimento e não considerar o bem estar da população e o acesso à serviços básicos representa o total despreparo e/ou descaso dessas pessoas.

Nenhum país do mundo que almejou e alcançou o desenvolvimento deixou de investir maciçamente em educação. Nesse contexto, é impossível ficar inerte a essa situação, pois, a luta para manter o direito à educação pública é de todos e garantir que os grupos que já são discriminados nesse processo de acesso e permanência à escola será ainda mais difícil.

A referida pesquisa objetiva analisar a relação dos estudantes descendentes de quilombolas, pertencentes às Comunidades Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima, que frequentam escolas urbanas em Chapada dos Guimarães com a instituição, refletindo sobre o papel da escola no desenvolvimento pedagógico desses indivíduos, com ênfase na aplicação da Lei nº 10.639/03 e nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais com relação à Educação Quilombola. Será feita também a análise de como a disciplina de Geografia, através de seus conteúdos e reflexões, pode potencializar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

Ao encontro desses propósitos, destacamos a contribuição de Botelho (2007, p. 34) ao considerar que:

Aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidos e explorados por todos e todas que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo que imperam na sociedade brasileira e atingem, sobretudo, estudantes negros e negras de nosso país.

Os principais interlocutores da pesquisa descendem de um grupo societário que sofreu com o processo de escravidão por séculos, sendo que ainda são discriminados e privados de muitos direitos. A educação representa uma das poucas oportunidades de mudar essa condição estabelecida pela exploração e pelas privações que sofreram ao longo do tempo e de criar novas oportunidades para um futuro melhor.

Nessa mesma perspectiva sobre a importância da educação formal na vida dos estudantes, é oportuna a consideração de Moura (2007, p. 6):

A educação é um instrumento privilegiado para formar cidadãos capazes de conhecer e compreender, para saber discernir e, se necessário, mudar a sociedade em que vivem. Atentar para a composição multicultural do povo brasileiro é condição essencial quando se tem por objetivo formar estudantes e professores para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, ressaltamos a contribuição de Castilho e Ferreira (2014, p. 17) sobre a relação escola e comunidade:

[...] É neste sentido, que a Escola deve buscar dialogar com a Educação Quilombola, diminuindo as distâncias entre estas duas instâncias da sociedade, possibilitando o surgimento de uma nova proposta de ensino. A partir deste diálogo, entre instituição e comunidade quilombola, podem traçar novos caminhos, novas estruturas pedagógicas diferenciadas, na busca de sua autoafirmação. Pois é a partir da escola na e para as comunidades que se começam a discussão da inserção dos quilombos no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial.

Para entender as desigualdades às quais a população negra é submetida, necessitamos olhar muito além da escola, como muito bem expressado por Botelho (2007), ao afirmar que esses indivíduos se encontram vulneráveis a processos discriminatórios e se mantêm em situação social desfavorável e de subordinação. E, para amenizar essas disparidades, são necessárias políticas públicas direcionadas aos afrodescendentes em todos os segmentos sociais.

### **Contextualizando a pesquisa**

A Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, estabelece como o processo educacional de estudantes quilombolas que deve ser desenvolvido em escolas quilombolas e em escolas que atendam os estudantes quilombolas em áreas rurais ou urbanas. Sendo assim, este constitui o nosso caso e será uma das bases de nosso estudo.

Nossa inquietação ao estudar a temática consiste em saber como acontece o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes quilombolas matriculados em escolas urbanas de Chapada dos Guimarães. A disciplina de Geografia será nosso ponto de referência no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, suas contribuições com o desenvolvimento escolar desse grupo também serão consideradas.

A Geografia é uma ciência que ao desenvolver seus estudos, além de considerar os aspectos físicos, contribui imensamente na compreensão do contexto atual no qual as diferentes sociedades estão inseridas, contemplando seus aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais.

Consideraremos essas referências da disciplina para analisar suas contribuições no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes pertencentes a comunidades quilombolas que frequentam escolas urbanas no município de Chapada dos Guimarães. A análise investigativa desenvolverá através de dados coletados a partir de entrevistas com estudantes, membros das comunidades, professores de geografia e coordenadores pedagógicos, da análise do currículo escolar, de planejamentos anuais referentes à aplicação dos conhecimentos da disciplina de Geografia e da experiência escolar.

A Escola Estadual Professora Ana Tereza Albernaz está situada em um bairro considerado periférico e sofre certa rejeição por parte de alguns estudantes e profissionais, mas, contrariando essa situação, é referência em atendimento a estudantes portadores de deficiências, contando com a colaboração de profissionais qualificados. Atende estudantes das áreas urbana e rural, das comunidades quilombolas (aproximadamente 20). Oferece o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio Regular e a Educação para Jovens e Adultos (nível fundamental), além de atender estudantes diagnosticados com deficiências cognitivas.

A pesquisa será realizada através da abordagem qualitativa, um tipo de pesquisa que na concepção de Minayo (1994), explica as relações sociais que, por sua vez, trabalha a vivência, experiência, o cotidiano as estruturas, as instituições e a ação objetivada.

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) será utilizado como suporte na coleta de dados e informações específicas. O DRP consiste em técnicas utilizadas para coletar informações com objetivo de descobrir as principais características, os principais problemas e as possíveis soluções dentro de uma comunidade. Essas técnicas atendem nossas necessidades, pois foram desenvolvidas em áreas rurais, mas estão sendo utilizadas com êxito em áreas urbanas, são passíveis de adaptações e permite coletar dados de forma rápida e com baixo custo. Permite também focar em propriedades relevantes aos objetivos da pesquisa e utilizar várias fontes e meios de coleta de informação, dentre as quais destacamos a revisão de dados

bibliográficos, entrevistas semiestruturadas, discussão em grupo, seminários, mapeamento e modelação participativos, ordenamento (WHITESIDE, 1994). Os conhecimentos etnográficos servirão como suporte para a realização da pesquisa.

Nesse contexto, os interlocutores da pesquisa serão os estudantes que frequentam escolas urbanas em Chapada dos Guimarães e residem em comunidades quilombolas e como coadjuvantes as demais pessoas que participam do processo educativo. Nosso campo empírico se constituirá na relação da comunidade com a instituição escolar.

Os estudantes que residem em comunidades quilombolas fazem parte de um segmento que, muitas vezes, se torna invisível aos olhos da sociedade. As batalhas enfrentadas por esse grupo societário atualmente não se igualam as do período colonial, nas quais foram usadas armas e violência para privar a população negra de seus direitos e explorar sua força de trabalho, mas não são menos intensas, pois no seu dia a dia esses indivíduos enfrentam corajosamente e, muitas vezes, sem aliados, adversários que podem levá-los ao fracasso escolar e, conseqüentemente, a situações desfavoráveis de ascensão social, já que um dos principais caminhos para o desenvolvimento de um ser humano é a educação.

Na concepção de Silva e Sato (2010), essa invisibilidade pode ter sido aliada diante das limitações impostas pelo processo histórico que as comunidades estiveram submetidas.

Carvalho (1997 apud SILVA; SATO, 2010) afirma que “tornar-se invisível foi, em inúmeros casos, uma posição política, uma atitude afirmativa dos negros fugitivos que lhes permitiu, além da sobrevivência, um caminho próprio de subjetivação e tomada de consciência”. Porém, atualmente, essa invisibilidade é imposta por padrões sociais que ainda discriminam e privam muitas pessoas de exercerem com dignidade sua condição de cidadão.

É impossível falar sobre direitos de determinados grupos societários como indígenas e afrodescendentes, sem nos reportar ao processo de exploração a que foram submetidos durante séculos. Apesar da privação de direitos fazer parte da realidade atual desses grupos, as batalhas contra esse sistema excludente é herança do período escravocrata estabelecido em nossa sociedade desde o início do processo colonial e que precisa ser veementemente combatida. Não é admissível que indivíduos ainda sejam invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público. O meio de sobrevivência, atualmente, é a luta através de armas institucionais, como as leis, mas a empatia e o respeito de todos para com todos precisa prevalecer em uma convivência social.

A luta de grupos societários considerados subalternos, como o grupo de estudantes mencionados na pesquisa, vem se perpetuando em nossa sociedade, transcorrem décadas e situações de opressão e exclusão vão se modelando conforme o contexto vivido. Através do

conhecimento das batalhas vencidas e das que ainda estão por vir, pretendemos plantar uma semente de esperança nesses estudantes, somadas ao processo de conscientização, devem lutar contra as situações que os impedem de ter acesso a seus direitos, principalmente aos que se referem a uma educação de qualidade e que atenda as suas especificidades e necessidades. Diante desse propósito, recorreremos ao patrono da educação brasileira, Freire (1987, p. 17), tão criticado e menosprezado no atual contexto vivido em nossa sociedade, que afirmou no livro *Pedagogia do Oprimido* que:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, como qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Freire defendeu o diálogo crítico e libertador com os oprimidos a fim de conscientizá-los da convivência com o opressor e despertar a necessidade de luta contra ele, mas não provocar a fúria e repressão e, sim, a necessidade do diálogo consciente, considerando as condições históricas do contexto vivido. Sendo assim, é extremamente importante a reflexão sobre sua condição de oprimido, pois isso o conduzirá à prática que o levará à sua libertação. E a educação escolar é um dos principais mecanismos de conscientização de grupos societários oprimidos e também de luta contra os opressores, considerando o atual contexto político que vivenciamos, podemos “entender”, mas nunca admitir os ataques que a instituição escolar em seus diferentes níveis e os profissionais engajados em seu funcionamento estão sofrendo, pois a educação com seu poder de conscientização e de resistência, através de argumentos bem fundamentados, ameaça qualquer opressor.

#### *O município de Chapada dos Guimarães e as Comunidades Quilombolas*

O município de Chapada dos Guimarães, considerado um dos mais belos de Mato Grosso, atrai turistas de todas as regiões do país e também do exterior, têm suas origens estreitamente ligadas ao processo de escravidão de indígenas e negros. A região atraiu os colonizadores por sua localização geográfica privilegiada, alcançando mais de 800m de altitude em alguns pontos, o que proporciona condições climáticas bem agradáveis e diferentes da Baixada Cuiabana e por abrigar em seu território inúmeros cursos de água doce.

Seu desenvolvimento aconteceu a partir da instalação de engenhos de açúcar e aguardente no século XVIII e também devido à produção de inúmeros gêneros alimentícios,

que contribuía com o abastecimento de Cuiabá na época. Nessas propriedades foram utilizadas mão de obra escrava de negros e indígenas.

De acordo com Ferreira (2001), a história de fundação do município de Chapada dos Guimarães é contemporânea aos fatos que resultaram na fundação de Cuiabá. Segundo o autor, Antônio de Almeida Lara recebeu, em 1726, uma grande extensão de terra de Dom Rodrigo Cesar de Menezes, na época Capitão General da Capitania de São Paulo, através de Carta de Sesmaria, área esta denominada de Buriti Monjolinho, tendo como referência atual a Escola Evangélica de Buriti, onde era a sede da propriedade. Para o desenvolvimento de atividades econômicas nessas terras, foram trazidos muitos escravos para o local. Antônio de Almeida Lara é considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento de Chapada, por ter introduzido o plantio de cana-de-açúcar em suas terras. Nessa época, o município recebia o nome de Chapada de Cuiabá.

A formação de quilombos na região, hoje pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, tem suas origens nesse mesmo momento histórico como forma de luta e resistência à escravidão à qual eram submetidos negros e indígenas que se refugiavam em locais de difícil acesso. Além da negação ao processo de escravidão, a formação dos quilombos representava a tentativa de manter vivas suas culturas, de poder praticar sua fé e a esperança de um dia poder viver livre, sem capitães e senhores perseguindo sua existência.

Segundo Lourenço (2015), foram identificadas sete comunidades quilombolas: Itambé, Lagoinha de Cima, Lagoinha de Baixo, Aricá-Açu, Cachoeira do Bom Jardim, Cansanção e Barro Preto Serra do Cambambi, e mais três comunidades, Mata-Grande, Pingadouro e Varginha, totalizando 10 comunidades negras em Chapada dos Guimarães.

No artigo 68, do ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios de 1988, ficou estabelecido: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O Decreto nº 3.912 de 2001 estabeleceu regras para que a Fundação Cultural Palmares (FCP) reconhecesse as comunidades quilombolas no Brasil. Já o Decreto nº 4.887 de 2003 estabeleceu que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim é determinado em seu artigo 2:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Atualmente, a Fundação Palmares reconhece 80 comunidades quilombolas em Mato Grosso. A comunidade Lagoinha de Baixo é uma das poucas que possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) concluído, juntamente com Campina de Pedra e Mata Cavallo. No entanto, nenhuma das comunidades remanescente de quilombos recebeu a titulação de seus territórios tradicionais.

Nesse contexto de espera e incertezas, muitos indivíduos pertencentes às comunidades Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima ainda permanecem nas comunidades aguardando o desfecho da situação, porém outros se refugiaram novamente, só que agora em áreas urbanas de Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Várzea Grande em sua maioria, em busca de melhores condições de vida.

Aos que permaneceram, muitos obstáculos são impostos diariamente. A falta de recursos financeiros e de expectativas de regularização de suas terras resultou no arrendamento de parte delas para grandes latifundiários, que cultivam soja, milho e algodão, e utilizam grande quantidade de agrotóxicos para combater as pragas que atacam as plantações, prática que acarreta inúmeros prejuízos à população, como contaminação de cursos de água utilizados pela própria comunidade e de suas roças, além de trazer prejuízos à saúde de seres humanos e demais seres vivos que abrigam a região. Esse último fator é agravado pela proximidade dos moradores com a plantação, que recebe cargas de defensivos agrícolas com frequência. Crianças e idosos são os mais sofrem com essa prática.

**Ilustração 1** – Plantações próximas a Associação da Comunidade Lagoinha de Cima



Fonte: GONÇALVES, E.G.R. (março/2019)

**Ilustração 2** – Estrada de acesso a Comunidade Lagoinha de Baixo



Fonte: GONÇALVES, E.G.R. (março/2019)

O acesso a serviços de saúde e educação é precário, pois, um médico realiza o atendimento nas comunidades uma vez por mês e em condições inadequadas, sendo que, em ambas as comunidades o atendimento é realizado em ambientes sem infraestrutura adequada, em imóveis cedidos pelos moradores, o que revela o descompromisso do poder público com os moradores dessas comunidades. Mas através das associações, eles vão se organizando e lutando contra todas as adversidades.

#### *Os quilombolas e o acesso à educação escolar*

No tocante à educação escolar de crianças e jovens que moram nas comunidades, há reflexos da incompetência e do desrespeito do poder público com as comunidades remanescentes de quilombolas, haja vista que, não há escola em nenhuma das comunidades que compõem o campo empírico de nossa pesquisa, nem para atender as crianças mais novas. Na comunidade Lagoinha de Baixo, há crianças de apenas cinco anos enfrentando uma maratona para chegar à escola todos os dias.

Nas duas comunidades, os estudantes precisam acordar muito cedo para conseguir pegar o ônibus escolar. Na comunidade Lagoinha de Baixo, eles acordam por volta de 3h30min, porque o ônibus sai da comunidade 4h30min e percorre um longo caminho até chegar às escolas urbanas. Não pela distância da comunidade à unidade escolar, que é de aproximadamente 30 km, percorridos em no máximo 40 minutos, mas porque esse mesmo ônibus atende outras áreas rurais, assim até que cheguem ao seu destino as crianças já estão cansadas, com fome e com sono, fatores esses considerados com alto potencial de influência sobre o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Reflexos das dificuldades enfrentadas pelos estudantes das comunidades quilombolas para ter acesso à educação escolar é prejudicial em todas as fases da vida escolar, com base em uma sobreposição entre os dados do Censo Demográfico de 2010 e as terras das Comunidades Quilombolas tituladas Arruti (2017) destaca a diferença entre os índices de alfabetização entre os estudantes que residem em territórios quilombolas de 75,6% e os demais estudantes do país que era de 91%, e dos municípios nos quais as comunidades se localizam era de 94,3, considerando a idade de 10 anos ou mais.

Os dados mostram uma grande diferença entre os níveis de alfabetização das crianças com 10 anos ou mais, chegando a quase 20% entre os estudantes das comunidades quilombolas e os demais estudantes do município em que essas comunidades estão inseridas, esse atraso no processo de alfabetização das crianças pertencentes às comunidades quilombolas poderá

permanecer por toda sua trajetória escolar, chegando à fase adulta, na qual trará inúmeros prejuízos, principalmente com relação a sua inserção no mercado de trabalho.

A problemática sobre o acesso à educação formal não atinge somente as crianças em idade escolar, como citado anteriormente. Como exemplo dessa situação, podemos citar o caso da comunidade Lagoinha de Baixo, que segundo Iocca (2014, p. 130):

A questão da educação na comunidade não se liga somente às crianças, mas também aos jovens e adultos, a maioria dos adultos da comunidade não frequentou o ensino regular, havendo número expressivo de analfabetos, a maioria dos jovens não concluiu o ensino médio e os que concluíram encontram dificuldades em dar continuidade à formação acadêmica.

Relacionado a essa disparidade entre o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos moradores das comunidades quilombolas e os residentes em outras áreas, Arruti (2017, p. 124) considera que:

[...] Assim, ainda que o problema do atraso escolar subsista em todos os grupos sociais e de idade, em diferentes modalidades de ensino e em diversas localidades geográficas, os dados oficiais apontam para uma situação de maior vulnerabilidade das populações que vivem em domicílios localizados no interior dos territórios quilombolas, mesmo entre as crianças, que possuem maior acesso ao sistema educacional que seus pais e avós tiveram.

Conforme Oliveira (2013), a maioria das comunidades remanescentes de quilombolas não possui escolas e, quando há, só oferecem o primeiro ciclo do ensino fundamental. Muitas precisam improvisar salas sem infraestrutura adequada para atender os estudantes e são pouquíssimas que oferecem o ensino médio.

Associado a essas condições, também há o fato de o ônibus escolar só atender as comunidades quilombolas e rurais no período da manhã, razão pela qual as crianças ficam privadas de frequentar aulas de reforço, projetos pedagógicos, aulas de campo, cursos e outros eventos que acontecem nas escolas no contra-turno. No município, também há o atendimento em uma escola secundária no sistema de educação integral (Escola Plena) e cursos técnicos ofertados na escola Buriti, que também não estão acessíveis aos estudantes das comunidades Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima devido a não disponibilidade de o transporte escolar atendê-los em dois turnos.

Essa situação vivenciada pelos estudantes, além de prejudicar o desenvolvimento do processo de ensinagem<sup>1</sup>, ainda gera em muitos um sentimento de rejeição e sofrimento, como

---

<sup>1</sup> Para Pimenta e Anastasiou (2010, p. 205) na ensinagem, a ação de ensinar é definido na relação com a ação de aprender, pois, para além da meta que revela a intencionalidade, o ensino desencadeia necessariamente a ação de aprender. Essa perspectiva possibilita o desenvolvimento do método dialético de ensinar.

afirmou uma jovem que concluiu o ensino médio na escola ATA em 2018, em sua entrevista ela enfatizou: “parece que não querem a gente aqui”.

Sobre a valorização e o respeito às condições e tradições dos estudantes afrodescendentes em nossas escolas, Botelho (2007, p. 37) traz uma importante consideração:

No campo educacional, é preciso salientar que, por falta de ações pedagógicas permanentes de valorização dos negros(as), o racismo tem tornado a escola um palco de violências raciais. A legislação atual garante possibilidades de reversão do quadro. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 58, garante à criança e ao adolescente o direito de desfrutar de sua herança cultural específica. A Constituição Federal estabelece que os conteúdos do Ensino Fundamental devem assegurar o respeito aos valores culturais (Artigo 210). A LDB determina que os projetos, programas e currículos assegurem o respeito às diferenças culturais, sociais e individuais de todos aqueles que freqüentam a escola, bem como estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Na concepção de Castilho e Ferreira (2014, p.16):

Para que a escola cumpra seu papel de intermediadora dos conhecimentos nestas comunidades, é imprescindível um novo olhar sobre a inserção do povo negro, considerando-o como fazedor do conhecimento, na sua tendência natural de sujeito da construção de saberes, respeitando sua história e suas práticas culturais. É pressuposto fundamental para uma educação antirracista, e além, que esta reafirme a importância de se garantir a criação e recreação física e cultural de comunidades que passaram séculos relegados às margens da sociedade nacional e que ainda hoje enfrentam os efeitos deste período.

Paré e Veloso (2007) consideram a educação formal como um mecanismo de inclusão social, mas que não contempla todas as demandas da sociedade brasileira. Exemplo claro é o dos estudantes que pertencem e residem nas comunidades quilombolas e precisam se deslocar até a área urbana para estudar, ao enfrentarem todas essas dificuldades e desafios e serem impedidos de ter acesso a recursos e atividades que poderiam contribuir com a potencialização de seu desenvolvimento escolar.

Além do prejuízo no processo de ensino-aprendizagem, outras situações podem ser geradas, como a desistência e a defasagem série-idade, o que gera prejuízos inestimáveis para a vida desses jovens.

A educação é a arma mais poderosa que pode ser usada para transformar o mundo, como disse Nelson Mandela, mas infelizmente está sendo tirada desses jovens a possibilidade de transformarem o seu mundo, a sua realidade. Somente com muita persistência eles conseguem concluir o ensino médio, após essa fase é necessário deixar a comunidade para continuar a estudar e trabalhar, muitos vão morar na cidade em casa de parentes durante a semana para realizar tais atividades e voltam para a comunidade apenas nos finais de semana.

Permanecer na comunidade após completar o ensino médio representa poucas possibilidades de desenvolvimento profissional e de continuar a estudar, assim a dispersão dos membros das comunidades remanescentes se torna cada vez maior e sua luta acaba perdendo forças, pois, distante da comunidade, o envolvimento e a busca pelo estabelecimento e defesa de seus direitos é menor.

Sendo a escola uma instituição tão importante para o desenvolvimento de uma sociedade bem como para a formação e a transformação do indivíduo, o seu acesso não deveria ser dificultado muito menos negado a ninguém. Em uma nação como a brasileira, na qual se paga tanto imposto, ser ofertada à população uma educação de má qualidade é declarar a incompetência e a total falta de respeito de nossos representantes em todas as esferas de poder.

### **Considerações Finais**

Ao contrário da visão de muitos sobre as universidades públicas, acusando-nos de praticar balbúrdias, nossos estudos visam entender como funciona a sociedade em seus mais diferentes aspectos e propor ações que objetivem amenizar suas problemáticas, além de promover o seu desenvolvimento em diversos setores.

Nessa perspectiva, estamos realizando a atual pesquisa, que em seus resultados parciais, foi possível perceber que mesmo diante das dificuldades enfrentadas e da pouca atuação do poder público em melhorar as condições de acesso dos estudantes das comunidades quilombolas Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima à educação formal, eles não desistem, mesmo precisando deixar seu lugar de referência na sociedade para estudar.

Para muitos deles, a educação escolar é uma oportunidade única de reverter a situação social na qual vivem e também de se fortalecer na luta por seus direitos como descendentes de quilombolas.

Assim, com os resultados dessa pesquisa, esperamos ampliar os conhecimentos acerca das comunidades quilombolas do município de Chapada dos Guimarães; inovar as estratégias pedagógicas dirigidas aos estudantes pertencentes a essas comunidades; envolver escola e comunidades em ações recíprocas de mútuo interesse, incentivando a prática de uma educação democrática e inclusiva. Esperamos, também, que o estudo possa disseminar em todo o estado iniciativas e proposições de ação convergentes com os interesses e necessidades das comunidades.

Contudo, o engajamento de todos os segmentos sociais em defesa de uma educação pública de qualidade é essencial para o desenvolvimento de nossa sociedade, a educação escolar é sinônimo de resistência e deve ser entendida como de responsabilidade de todos.

---

#### **Quilombola students in urban school of Chapada dos Guimarães: identities and challenges**

**Abstract:** This article is inserted in the context of a master's thesis and aims to understand the teaching-learning process of students belonging to Lagoinha de Baixo and Lagoinha de Cima Quilombola Communities in Chapada dos Guimarães / MT. It analyzes the influence of the conditions of access to the urban school, as well as the contribution of the teaching of geography in the process. It adopts a qualitative approach to the information and tools of Participatory Rapid Diagnosis in the collection and analysis of data. The study indicates that despite the many obstacles encountered by communities and students, they resist and continue to pursue a better future.

**Keywords:** Quilombolas. Regular School. Geography. Learning.

#### **Estudiantes quilombolas en escuelas urbanas de Chapada dos Guimarães/MT: identidades y desafíos**

**Resumen :** Este artículo se inserta en el contexto de la tesis de maestría y tiene como objetivo comprender el proceso de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes que pertenecen a las Comunidades de Quilombola Lagoinha de Baixo y Lagoinha de Cima, en Chapada dos Guimarães / MT. Se analiza la influencia de las condiciones de acceso a la escuela urbana, así como la contribución de la enseñanza de la geografía en el proceso. Para el desarrollo de la investigación se adopta un enfoque cualitativo con la herramienta del Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para la recolección y análisis de datos. El estudio indica que, a pesar de los numerosos obstáculos que enfrentan las comunidades y los estudiantes, se resisten y avanzan hacia un futuro mejor.

**Palabras claves:** Quilombolas. Escuela Regular. Geografía. Aprendizaje.

---

#### **Referências**

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de educação**, v. 12, n. 23, 2017.

BOTELHO, D. Lei nº 10.639/2003 e Educação Quilombola: Inclusão educacional e população negra brasileira. **Salto para o Futuro**, Boletim 10, p. 34-40, jun. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001**. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 set. 2001.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC/SEPP/IR/SECAD/INEP, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

CASTILHO, S. D.; FERREIRA, A. E. Reflexões sobre a educação quilombola. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 3, ago. 2014.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios.** Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.** Superintendência Regional de Mato Grosso SR/13. Cuiabá. Imprensa, Março 2007. 100 pg.

IOCCA, L. S. **Terras Quilombolas e Políticas Públicas:** análise dos impactos do processo regulatório na comunidade Lagoinha de Baixo/MT. 2014. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

LOURENÇO, S. R. A emergência de identidades étnicas das comunidades quilombolas de Chapada dos Guimarães. **Revista Afro-Ásia**, n. 52, p. 9-40, 2015.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOURA, G. Proposta Pedagógica: Educação Quilombola. **Salto para o Futuro**, Boletim 10, p. 3-8, jun. 2007.

OLIVEIRA, S. N. **Diretrizes para a educação escolar quilombola:** o caso da Bahia e contexto nacional. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2013.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P.; VELLOSO, A. D. A educação para quilombolas: Experiências de São Miguel Dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho li (GO). **Revista Caderno Cedes**, Campinas, v. 7, n. 72, p. 215-232, 2007.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Do ensinar a ensinagem. In: PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 2ª parte. Cap. 4, p. 201-243.

SILVA, R.; SATO, M. **A territorialidade das comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso.** In: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, Curitiba, 2010. **Anais...** Curitiba: Ambiens, 2010.

WHITESIDE, M. **Manual de técnicas de DPRR.** Comissão Nacional de Meio Ambiente. Maputo (Moçambique): CNMA, 1994.

---

**Sobre as autoras**

**Eliane das Grassas Rocha Gonçalves** - Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004), nas modalidades bacharel e licenciatura. Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Cuiabano de Educação (2008) e em Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira pela Universidade Federal de Mato Grosso (2013). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2020). Atualmente é professora na rede estadual de educação em Mato Grosso e leciona a disciplina de Geografia para a educação básica.

**Darci Secchi** - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1984), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993) e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atuou como professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, nível Mestrado (2020).

---

Recebido para avaliação agosto de 2019  
Aceito para publicação em março de 2020